

Liberdade ao setor privado

O GLOBO

RODRIGO LOPES

27 JUL 1990

O problema mais importante com que se defronta o Governo Collor neste momento é o da renegociação da dívida externa. Para isso, é preciso, além de uma completa revisão dos dados básicos que compõem o endividamento, uma redefinição dos termos de acordo e dos objetivos que se busca alcançar. Mais do que tudo, é preciso não deixar nunca de ter em mente que o objetivo principal de renegociação da dívida externa é, principalmente, a possibilidade de abertura, no futuro, de novas linhas de financiamento, com recursos adicionais, que voltem a propiciar ao País a possibilidade de alcançar taxas aceleradas de desenvolvimento.

Verificando-se a posição da dívida externa brasileira em dezembro de 1988, segundo o Boletim do Banco Central, é interessante notar que do total da dívida registrada, o setor privado corresponde a somente 11,82%, sendo que o Governo federal representa 21,71%, os Estados e municípios 4,49%, e as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, essas sim as grandes tomadoras, representam 61,98%. Do total da dívida externa registrada do setor privado, 23,5% referem-se a financiamentos de importações com entidades internacionais, agências governamentais ou outros fornecedores e o restante a empréstimo em moeda, dos quais 28,7% através de intermediação bancária. Conclui-se, ao examinarmos esse quadro, que no momento atual o grande tomador de recursos externos no País é o Governo federal e suas empresas, secundado pelos Governos estaduais e municipais e com uma pequena parcela do setor privado.

O grande problema dessa posição, já identificada pelo Governo, foi de que o Estado, apesar de ser o grande tomador, não é o grande exportador. Estima-se que o total de suas exportações anuais atinuiu a pouco mais de 5% do total de seu endividamento, montante insuficiente para o serviço da dívida. Isso obriga a que o Governo seja o grande comprador das divisas geradas pela iniciativa privada, cu-

jas exportações anuais atingem cerca de 2,5 vezes o seu endividamento. A partir dessa situação, criou-se um mecanismo de pressão pelo qual o setor privado, comprometendo-se a exportar mais e dar mais divisas ao Governo, exigia que a moeda brasileira fosse desvalorizada cada vez mais, permitindo maior competitividade dos produtos brasileiros, apesar de aumentar o montante da dívida em moeda local. Esta ciranda financeira foi, no passado, no nosso entender, um dos principais problemas ao controle da inflação no País, pela dificuldade de controle dos déficits públicos gerados pela necessidade de adquirir divisas no mercado.

O Governo Collor, ao criar o mercado livre de dólar, dá o primeiro passo no sentido de correção dessas distorções. O segundo passo é o de compatibilizar o montante a ser pago da dívida com a capacidade de geração de recursos financeiros pelo Governo para a compra dessas divisas. Apesar do esforço correto realizado, que deverá ser alvo de uma rodada de negociações que se inicia neste momento, não vi nenhuma menção a formas que permitam buscar recursos adicionais.

Se há excesso de endividamento do Governo federal em função da sua geração de divisas, ocorre exatamente o inverso no setor privado, ou seja, um excesso de geração de divisas frente a seu endividamento. Assim, fica no ar a pergunta: por que não permitir que seja feita uma negociação em separado para a dívida existente do setor privado? Tenho certeza que esta posição muito interessaria aos bancos privados que têm como objetivo, antes de tudo, a utilização desses financiamentos para conquista de clientes, que são as empresas privadas, nacionais e internacionais, que aqui atuam. Além disso, a livre negociação para o setor privado permitiria um muito maior fluxo de recursos entre a matriz e as empresas estrangeiras aqui sediadas.

Tendo em mente que o objetivo principal da renegociação é a possibilidade de caminhar para uma situação de normalidade que permita uma nova expansão da

movimentação de recursos entre o Brasil e o exterior, dever-se-ia estabelecer regras claras e definitivas para que a iniciativa privada pudesse buscar recursos a longo prazo, no mercado financeiro internacional, para a expansão de sua capacidade produtiva. Para isso seria necessário permitir a vinculação de divisas geradas pela exportação com a liquidação de endividamentos específicos. Assim seria permitido que um percentual das divisas geradas por cada exportador fosse utilizado na amortização de empréstimos por este tomados. Uma legislação cuidadosa deveria limitar a possibilidade de abusos e não permitir que os recursos fossem automaticamente descontados no exterior, sem um adequado controle das autoridades monetárias. Deveria ainda ser autorizado a empresas que possuíssem endividamento externo manter contas em moeda estrangeira destinada à liquidação futura de empréstimos.

Mais do que tudo, o esquema proposto permitiria a abertura, novamente, à iniciativa privada brasileira de recursos de financiamento de longo prazo, hoje restrito à posição monopolística do BNDES, em moeda local. Seria também interessante que, ao mesmo tempo em que se criassem essas facilidades para tomada de empréstimos, fosse reconsiderada a possibilidade de criação de agências bancárias internacionais, como reivindicado pela cidade do Rio de Janeiro, onde exportadores e tomadores de empréstimos pudessem manter saldos em moeda estrangeira.

Estou certo que esse programa poderá ser bem recebido pelos banqueiros internacionais, abrindo-se outra vez uma perspectiva de abertura de novas linhas de crédito que permitam acelerar e complementar a poupança nacional no financiamento de novo surto de desenvolvimento que almejamos para a década de 90. Vamos dar liberdade à iniciativa privada. Ela responderá com eficiência e rapidez.